



Prefeitura de Joinville

ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), com suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), com suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 05/10/2021.

No quinto dia do mês de outubro do ano dois mil e vinte e um, às dezenove horas e quinze minutos, não superado o quórum regimental para início das atividades do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca em sessão plenária virtual, por meio da plataforma Jitsi Meet. [Estiveram presentes os Conselheiros\(as\)](#) - **mandato 2018-2020** (mandato prorrogado conforme Lei Complementar nº 557/2020): Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga; Marco Chianello, da SEPUD; Hector Silvio, da EPAGRI; Jonas de Medeiros, do ROTARY Floresta; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Josimar Neumann, da SAMA.UGA; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA; Luciano Muller, da AJM; Douglas Daniel, da SAMA.UNF; Marta Beatriz, do IMA; Gabriel Wolfart, do SINDIPEDRAS; Ademir Sgrott, da AJM; Marieli Ciola, da SAS; Daiane Paul, da CAJ. Estiveram também presentes: José Augusto Neto, SAMA.UAC; Vitor Mello Gomes, SAMA.UAC; Ketlim, ouvinte; Alinor Artmann, ouvinte; e Fábio João Jovita, Presidente deste Conselho. A reunião teve como pauta: **1)** Aprovação da Ata da Reunião de 14/09/2021; **2)** Proposta para Retorno das Atividades Presenciais, Alteração do Horário das Reuniões e Recondução do Mandato Entidades/Conselheiros; **3)** Plano de Manejo da APA (Perspectivas), por SAMA.UGA; **4)** Apresentação IQA, por CAJ; **5)** Sugestão de Pauta e Palavra Livre. O Secretário do Conselho Gestor, José Augusto de Souza Neto, cumprimenta a todos os Conselheiros e demais ouvintes e dá início à reunião. Informa que o

Presidente Fábio João Jovita por motivos de força maior entrará na sala virtual no decorrer dessa reunião. **Primeiro item** de pauta, não havendo quórum regimental, a aprovação da Ata da reunião do dia 14/09/2021 ficou para próxima reunião plenária. O Secretário do Conselho Gestor José Neto avisa aos presentes que a reunião não terá nenhuma deliberação, tendo em vista o não atingimento do quórum regimental. O Secretário José Neto pergunta qual a entidade que Ketlim representa. A ouvinte Ketlim, então, afirma que não está participando como conselheira, mas como ouvinte. Aproveitando o ensejo, Ketlim pergunta se existe um tempo regimental para restabelecimento da reunião em caso de ausência do presidente e vice-presidente. Em continuidade, Ketlim esclarece que em seu entendimento não é o presidente ou o vice-presidente que decidem, pois esta é uma plenária dos conselheiros, então, diz ela, talvez seja uma oportunidade para que essa questão seja revista no regimento interno, sugere. O Secretário José Neto dá boas vindas aos conselheiros presentes, e explica que novamente está no papel de Secretário Executivo, função que exerceu por vários anos e que retoma agora, em outubro de 2021. Em continuidade, o Secretário José Neto diz que é sempre um prazer estar junto dos conselheiros, e gostaria de colocar em discussão a proposta de retorno das atividades presenciais, a proposta de alteração do horário das reuniões e a recondução dos mandatos e entidades (embora nesta reunião não seja possível deliberar). O que está em vigor atualmente, continua o Secretário José Neto, é a portaria da Secretaria Estadual da Saúde nº 1063, que estabelece regramentos sanitários, distanciamento, disponibilização de álcool, dentre outras disposições. O Secretário José Neto orienta os conselheiros a mandarem e-mail com propostas e sugestões de mudanças. Ademais, José Neto afirma que acerca da alteração do horário das reuniões, foi solicitação de Fábio João Jovita, secretário da SAMA, que sugeriu realizar a reunião dentro do horário comercial. Sobre a recondução dos mandatos (2018-2020), sustentado pela Lei Complementar nº 557 de 2020, em que o Prefeito permitiu que os mandatos fossem prorrogados em função da pandemia, já é possível que ocorram novas nomeações para um novo mandato. Salvo engano, afirma José Neto, apenas uma entidade pleiteou o acesso e vem participando ativamente das reuniões. José Neto explica que o mandato atual pode ser reconduzido, sem excluir a possibilidade de dar oportunidade para o ingresso de novas entidades. O Conselheiro Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga, pergunta no chat qual o tempo de mandato. José Neto afirma que são dois anos de mandato. A ouvinte Ketlim pede a palavra. Ketlim afirma que tinha uma dúvida, porém que já foi esclarecida anteriormente pelo Secretário Gestor. Ademais, Ketlim questiona se não há a necessidade de publicizar a oportunidade de outras entidades participarem do Conselho. José Neto explica que o Conselho é, basicamente, consultivo e local, enquanto as reuniões são públicas e as atas são publicizadas. Quanto a um possível fórum de eleição, fica a critério dos conselheiros essa possibilidade, tendo em vista que o conselho é soberano no tocante às suas decisões. Ketlim agradece José Neto pela resposta. O Conselheiro Hector Silvio, da EPAGRI, pede a palavra. O Conselheiro Hector questiona quantas entidades não tiveram presença e que, possivelmente, seriam excluídas do conselho. Além disso, Hector concorda com Ketlim quanto à publicização da abertura de vagas no Conselho, tendo em vista que algumas entidades ficaram de fora por conta da falta de vagas. José Neto reitera que as vagas poderão ser publicizadas e todas as entidades interessadas poderão pleitear uma vaga. José Neto explica que atualmente existem 30 entidades que compõem o Conselho, sendo 15 do Poder Público e 15 da Sociedade Civil, podendo ter mais de 30, caso seja necessário. A Conselheira Marta Beatriz, do IMA, pede a palavra. A Conselheira Marta inicia sua fala afirmando que gostaria de lembrar que é necessário prevalecer a regra da paridade (mesma quantidade de entidades da Sociedade Civil e do Poder Público). Ademais, Marta gostaria de entender acerca do retorno das atividades presenciais, pois diz que é a favor das reuniões virtuais em razão da maior segurança quanto ao vírus e da facilidade em não precisar se deslocar até a SAMA. Na opinião de Marta, seria interessante que as reuniões virtuais fossem mantidas por mais um tempo. José Neto explica que essa discussão está aberta para que ocorra um consenso, porém, caso contrário, existe a possibilidade da reunião híbrida, onde alguns conselheiros estarão presencialmente, enquanto outros acompanharão por videoconferência. Marta concorda com a ideia. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente também concorda com a sugestão. Ademais, Manoel afirma que embora no papel existam 30 entidades, não são todas as que participam ativamente do Conselho. No regimento, continua Manoel, três faltas já seria motivo de exclusão, ou seja, há vagas. José Neto afirma que será remetida correspondência para formalização e manifestação dos conselheiros e ouvintes quanto a tudo o que foi discutido, e comunicação das entidades faltantes, para deliberação motivada do conselho na próxima reunião, quanto à exoneração de entidades. Quanto a mudança de horários, Manoel explica que mais da metade dos Conselheiros trabalham, inviabilizando a participação de várias entidades. A ouvinte Ketlim pede a palavra. Ketlim diz que, para atender aos anseios de quem quer retornar à normalidade e de quem quer continuar virtualmente, o ideal seria a adaptação às reuniões híbridas. José Neto, Secretário Gestor, concorda e afirma que está trabalhando para viabilizar essa ideia, solicitando equipamentos de vídeo e gravação. Prosseguindo, José Neto passa a palavra para Josimar Neumann, da SAMA.UGA, que

irá apresentar algumas perspectivas sobre o Plano de Manejo. Josimar Neumann deseja boa noite a todos os Conselheiros e dá boas-vindas ao retorno do atual Secretário Executivo, José Augusto Neto. Josimar inicia explicando acerca da atualização do programa de fiscalização, de maneira a tornar esse processo mais eficiente. A proposta da SAMA nesse sentido, de acordo com Josimar, é a criação de um grupo de trabalho específico. Para tanto, Josimar passa a palavra para Douglas Daniel, da SAMA.UNF. Douglas saúda a todos e explica que um dos produtos das visitas técnicas da APA Dona Francisca é a ideia da criação de um grupo de trabalho, com o objetivo de melhorar as ações de fiscalização e monitoramento da área. Esse Grupo de Trabalho seria composto pelos membros da SAMA e pela Guarda Municipal, força auxiliadora. Neste grupo de trabalho, continua Douglas, seriam colocados tópicos de quais procedimentos e atualizações seriam feitos. Douglas, então, devolve a palavra para Josimar Neumann. Josimar consente com Douglas e questiona José Neto se é possível a criação desse Grupo de Trabalho, de maneira a torná-lo capaz de tomar ações de maneira paralela ao Conselho da APA. Josimar, também, abre a palavra para os Conselheiros. José Neto retoma a palavra e explica que o Grupo de Trabalho pode ser criado, tendo em vista que não terá a função de deliberação, mas sim a síntese de um produto que posteriormente será entregue à plenária, que tem o poder de deliberação. Via chat, o Conselheiro Anselmo Cadorin pergunta para Josimar se na revisão do Plano Diretor a SAMA fez alguma interferência no sentido de nortear a comissão de vereadores com relação a área rural. Josimar Neumann explica que a proposta do Plano Diretor já foi encaminhada do Executivo para o Legislativo em 2017, e que a SAMA participou das oficinas de participação popular, durante a fase de elaboração da minuta do plano. Essa demanda, conclui Josimar, está há bastante tempo na Câmara de Vereadores. O Secretário Executivo José Neto retoma a palavra informando que o Presidente Fábio Jovita comunicou via chat que está com problemas em seu microfone, e confirma que a Conselheira Marli Fleith Sacavem justificou sua ausência, indicando o sr. Alinor Artmann, que representa a Associação dos Moradores da Estrada Mildau. José Neto passa a palavra para Alinor Artmann. Alinor Artmann saúda a todos e afirma que está havendo uma certa inconstância com a região da APA, porque há moradores antigos na região que estão sendo notificados e autuados. Não está havendo, segundo o sr. Alinor, um diálogo com esses moradores no sentido de preservação do meio ambiente e viabilização de indenização desses moradores que estão nessa região. Em continuidade, Alinor afirma que deveria ser dado um outro tratamento à região da Estrada Mildau, pois fica abaixo do local da captação de água. Ademais, Alinor entende que notificar e autuar não é o melhor caminho para solucionar o impasse, pois isso força os moradores a gastarem dinheiro com advogados, que acabam não resolvendo a situação. O Secretário Executivo José Neto agradece a participação de Alinor. Douglas, da SAMA.UNF, pede a palavra e explica que o papel da unidade de fiscalização ambiental é tomar todas as ações administrativas legalmente cabíveis aos infratores. Se existem irregularidades ambientais, o fiscal ambiental precisa notificar, infracionar e embargar, e acima disso não há competência legal para atuação. Alinor pede a palavra e explica que tudo o que Douglas falou está claro para ele, porém a SAMA deveria se dar ao luxo de estudar cada caso e verificar se há de fato irregularidades, pois por vezes há incoerência na atuação da SAMA. A Sama, continua Alinor, não tem o direito de querer autuar uma construção que existe há mais de cinquenta anos, por exemplo. Douglas, da SAMA.UNF, retoma a palavra e explica que entende o argumento de Alinor, mas afirma que o fiscal cumpre o que está previsto em lei, e que isso tem de ser discutido a nível SAMA. Alinor retoma a palavra e afirma que não é correta a atitude da fiscalização, citando ele próprio como exemplo ao dizer que embora sua propriedade esteja regular, ele teve de gastar dinheiro com advogado para se defender de uma infração ambiental. O Secretário Jose Neto agradece Alinor e afirma que por esse motivo é importante a participação no Conselho, para entender onde esses mecanismos eventualmente estão falhando. Alinor pede a palavra pela última vez e explica que existem grandes propriedades no local, de 200 mil metros quadrados, por exemplo, e ocupa-se cerca de 10% da propriedade, preservando os 90% restantes, e mesmo assim ninguém remunera essa preservação. O Secretário José Neto novamente agradece a participação do Alinor e, aderindo a sugestão de Ademir Sgrott, solicita o Auto de Autuação de Alinor, para posterior análise. Josimar Neumann pede a palavra para dar continuidade à explicação anteriormente iniciada. Josimar continua e explica acerca da integração com a APA Quiriri-Garuva. Trazendo os últimos andamentos sobre esse assunto, Josimar afirma que algumas reuniões foram feitas com os municípios de Garuva e Campo Alegre e prontificou a equipe da SAMA a auxiliar na síntese do Plano de Manejo, de maneira que os planos de manejo utilizem as mesmas técnicas e "falem a mesma língua". Nessa toada, continua Josimar, faz-se necessário a compatibilização com o desenvolvimento sustentável, mantendo o equilíbrio em relação a possibilidade do uso e preservação do solo. A nossa proposta é justamente trazer a possibilidade de atualização do Plano de Manejo, e os principais pontos dessa atualização iniciaria por meio da compilação e análise de dados que já existem e também a abertura de novas empresas por meio das informações sócioeconômicas. Em suma, é necessário distinguir quais informações precisam ser aprofundadas e quais informações precisam ser

atualizadas no Plano de Manejo. O Plano de Manejo atual foi aprovado em 2013, mas traz informações de 2010, ou seja, faz-se necessário uma atualização periódica. Com base nessa identificação, conclui Josimar, será necessário fazer a complementação com pesquisas in loco dessas lacunas que serão identificadas. Por fim, Josimar afirma que a SAMA conta com a sugestão dos Conselheiros, de forma que estes tragam apontamentos e sugestões de minutas, com eventuais problemáticas, considerações e justificativas. Josimar, por fim, afirma que poderá encaminhar por e-mail o roteiro metodológico do ICMBio, que traz como deve ser feito, hoje, a elaboração, revisão e atualização dos Planos de Manejo. José Neto retoma a palavra e agradece a apresentação de Josimar Neumann. Como bem colocado por Josimar, José Neto afirma ser importante saber que a atualização do Plano de Manejo é necessária, e o Grupo de Trabalho a ser criado será muito importante, de maneira que será formalizado posteriormente. Manoel Luiz Vicente pede a palavra, e José Neto concede. Manoel afirma que, para a concretização do que Josimar explicou, é necessário ter o máximo conhecimento do Plano de Manejo, tendo em vista que este não foi colocado integralmente em prática, mas apenas um terço dele. José Neto concorda com Manoel e afirma que o que ele diz vem de encontro com uma série de atualizações de normas que já estão em andamento, sendo importante a compatibilização. José Neto agradece as colocações de Manoel. Em continuidade, José Neto afirma que a zona rural tem de estar em consonância com as políticas públicas que estão no momento. Ademais, José Neto informa que a apresentação do IQA pela CAJ foi, por solicitação de Daiane, prorrogada por falta de fechamento dos dados e análises. Para finalizar, José Neto abre a palavra para todos os presentes. O Conselheiro Manoel pede a palavra e pergunta para Josimar Neumann, da SAMA.UGA, como está o processo de desassoreamento dos rios, pois diz que os rios estão alagando, causando grandes prejuízos. Josimar diz que tem algumas ações que estão sendo analisadas em conjunto com a CAJ, sendo esta a última informação que ele tem a respeito do assunto. Manoel afirma que dos cinco pontos já discutidos, apenas um foi posto em prática, sendo que todos os demais poderiam já estar em andamento. José Neto, por fim, pergunta se há mais alguma outra contribuição. Sem nenhuma manifestação, o Secretário Executivo José Neto agradece a participação de todos, afirma estar honrado por conduzir a reunião e afirma que está aberto a sugestões no que se refere à melhorias no contato com os Conselheiros. O Secretário Executivo José Neto encerra a reunião e agradece a presença de todos.

José Augusto de Souza Neto
Secretário Executivo

Fábio João Jovita
Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 19/11/2021, às 11:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Augusto de Souza Neto, Coordenador (a)**, em 14/12/2021, às 15:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0010682546** e o código CRC **72C40BE9**.

